

Água que vai custar dinheiro...

Fotos Beto Barata/AE



Pôr-do-sol no Paraíba do Sul perto de São Fidélis (RJ): rio esteve na rota dos mais importantes ciclos econômicos do País, mas hoje suas águas recebem apenas sobrecarga de esgoto doméstico e industrial

Cobrança deve começar este ano e recursos serão utilizados para recuperar o Paraíba do Sul

EDUARDO NUNOMURA
Enviado especial

SILVEIRAS – Num dos altos da Serra da Bocaina, José Brás vigia o Paraíba do Sul. Aos 62 anos, enxada na mão, o caseiro está sempre atento aos poucos que chegam na Fazenda Lagoa dos Campos da Bocaina para conhecer a nascente de um dos rios mais importantes do País. Homem sério, ele acha graça quando informado que dali para baixo quem usar aquela água vai pagar por ela. “Aqui não tem relógio nem tem multa, não.”

O zelo que seu José tem pela água que formará um “ribeirão lá embaixo” é uma exceção. Por isso mesmo o Paraíba do Sul, em alguns meses, ganhará “relógios” em toda a sua extensão. Caberá a eles marcar quanto cada consumidor utiliza de água, desperdiça ou devolve suja. Será a primeira cobrança federal do gênero e uma das últimas tentativas para recuperar os estragos de décadas de destruição.

Pelo Paraíba do Sul passa a história do Brasil. Por lá iniciou-se o processo de interiorização do País, com as bandeiras paulistas do século 17. Os ciclos do ouro, da cana-de-açúcar e do café também atravessaram o rio, que corta São Paulo, Rio e Minas.

No século passado, a industrialização bebeu de suas águas e fez as vilas e cidades crescerem ao longo de suas margens. Hoje, o resultado é que se vê municípios ricos, outros nem tanto, alguns muito pobres e um certo desprezo pelo rio. Ele está ali, cruza a cidade, mas vive poluído. Os esgotos doméstico e industrial são lançados no leito praticamente sem tratamento. Um exemplo: Campos dos Goytacazes, cidade fluminense de 400 mil moradores, tem estações elevatórias que despejam 100% dos efluentes direto no Paraíba do Sul.

Sorte de quem vive em Santa Branca. A cidade é a última do trecho paulista em que o Paraíba do Sul ainda é limpo. “Não dá para acreditar que ele seja tão sujo em outras partes”, afirma o arquiteto Edson Marcos Rodrigues, de 41 anos, dono de uma pequena propriedade, onde pesca e aprecia as águas límpidas. Nessa região, gente como o piloto Rubens Barrichello e o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias têm chácaras de lazer.

Não muito longe dali, a realidade é outra. Jacareí, com seus 191 mil habitantes, só trata 2% do seu esgoto e o índice de coliformes fecais é 14 vezes maior que em Santa Branca. A Santa Casa local despeja o seu esgoto no rio e vez por ou-



A primeira queda d'água

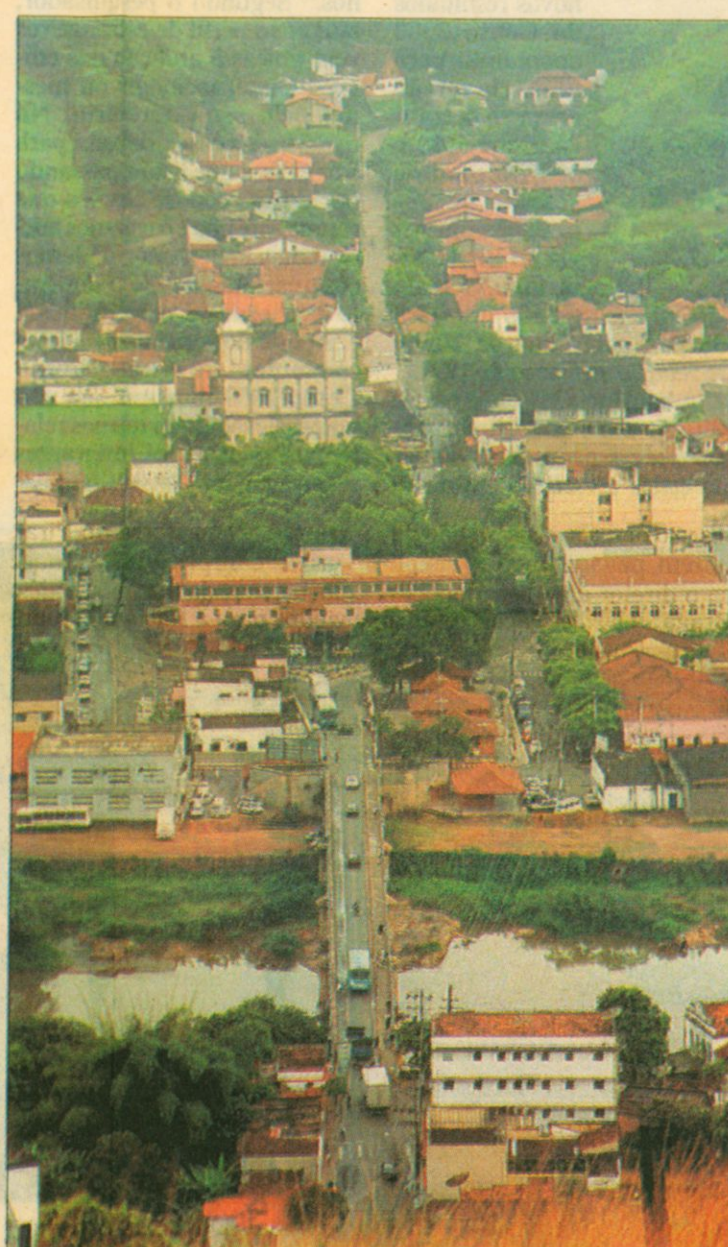
O caseiro José Brás, de 62 anos, é o guardião da nascente do Rio Paraíba do Sul, que fica numa propriedade particular a 1.800 metros de altitude, na Serra da Bocaina, no município paulista de Silveiras: “Essa água é um ribeirão lá embaixo”

tra os moradores vêem o que não gostariam. “Tem curativo e já vi descer até feto de aborto”, reclama Daniel Rodrigues, de 38 anos, que consegue pescar ao lado de um canal de esgoto.

Controle artificial – Em tupi, Paraíba quer dizer mar ou rio ruim, impraticável, imprestável. Os índios coroados, barrigudos ou puris que habitavam as suas margens podem tê-lo batizado assim pela dificuldade de navegação, mas o nome combina com o Paraíba do Sul dos dias de hoje. Formado pelo encontro dos Rios Paraitinga, cuja nascente fica na cidade paulista de Silveiras, e Paraíbauna, o Paraíba do Sul é atualmente um rio de 1.150 quilômetros controlado por barragens.

Não há mais cheias naturais em toda a sua extensão. A aparência é de um rio lento, quase sem força. Para muitos, a poluição, o assoreamento e o controle artificial têm matado muitos peixes.

A Ponte da Parahyba foi construída para suportar a vazão que chegava a 600 metros cúbicos por segundo, num período de rio livre e sem represas. Hoje, a vazão está em 200 metros cúbicos por segundo. Construída pelo Barão de Mauá, a ponte da cidade de Paraíba do Sul abrigou o primeiro pedágio brasileiro entre os anos de 1857 e 1889. Um cavaleiro pagava 100 réis pela travessia, mas valia a pena: o tempo de viagem de Vila Rica, em Minas, para o Estado do Rio caía pela metade. Na época, a taxa serviu para co-



Ponte da Parahyba: primeiro pedágio do Brasil, entre 1857 e 1889



Outdoor na cidade de Paraíba do Sul: rigor na fiscalização

brir os altos custos da obra. Agora, no século 21, a cobrança das águas terá outra finalidade: construir obras que revitalizem um rio que implora para não ser jogado à margem da história do Brasil.

Comércio polêmico: vende-se areia

JACAREÍ – Centenas de caminhões circulam pelas cidades e estradas do Vale do Paraíba paulista carregados de areia. É um comércio antigo e motivo de discussões polêmicas. Muitos atribuem aos areeiros a destruição das matas ciliares e parte da degradação ambiental do Rio

Paraíba do Sul. Eles avançam rapidamente sobre as margens, lançam suas dragas possantes para sugar a areia do leito e despacham tudo para o setor de construção dos municípios vizinhos e da Grande São Paulo. Só que os empresários do setor se defendem: sem eles, cidades nem estariam de pé. A região metropolitana consome 1,5 milhão de metros cúbicos todo mês.

“Chamam de atividade degradadora (do ambiente). Não é. Ela é modificadora”, contesta o empresário Clóvis Moscoso, de 46 anos. Sua empresa de extração, que fica em São José dos Campos, tem porte médio, mas acabou criando um grande lago artificial beirando o Paraíba do Sul. Ele não sabe se terá

de pagar pelo uso dessa água, já que não remove mais areia do leito do rio. “A poluição é culpa do porto de areia? Polui é quem põe, não quem tira.”

Há mais de 80 empresas de extração de areia entre Guararema e Queluz. Muitas surgiram acompanhando o desenvolvimento das cidades no entorno da Via Dutra, na esteira da explosão de empreendimentos imobiliários, sobretudo de loteamentos. Com as construções nas margens ou próximo do rio, avança o assoreamento do Paraíba do Sul. Sem o processo de lavagem natural propiciado pelas cheias, a areia vai se acumulando, formando grandes depósitos ao longo do leito. Nos últimos anos, algumas empresas, como a Petrobrás e a Rhodia, foram obrigadas a contratar os serviços dos areeiros para remover o material acumulado próximo do ponto de captação da água.

Liminares – Por outro lado, sempre que há esgotamento de areia em um ponto, os empresários tratam de se mudar para uma região mais próxima, invadindo até terrenos vizinhos. Foi o que ocorreu com Vanderlei de Lima, de 47 anos, dono de um rancho de pescaria em Roseira. Um areeiro, não satisfeito com a extração a montante de sua propriedade, “comendo a beira do barranco” durante dois anos, iniciou em 2002 a retirada a jusante. “Os dois lados do rio estão assoreados”, diz Lima.

Em várias cidades há ações na Justiça tentando impedir a exploração desenfreada dos areeiros. Em São José dos Campos, a promotora tentou no fim do ano passado fechar as empresas de extração de areia do município. Muitas estão funcionando graças a liminares.

“A gente tem de tirar areia onde tem areia”, argumenta o empresário Nelson Rubens de Barros, de 48 anos, que desde 1983 tem um porto de pequeno porte. No início do ano, a empresa foi fechada pela Justiça, mas depois obteve liminar para trabalhar.

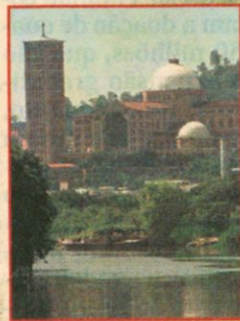
‘Benfeitor’ – Segundo Barros, sua atividade faz um “bem” ao Paraíba do Sul, já que as máquinas retiram com a areia colchões, bolas, bicicletas, madeira e outros detritos. “As pessoas tratam a gente como bandido. Tiro areia do meio do rio e não mexo em nada. Preservo o meio ambiente. É proibido matar animal na minha fazenda”, afirma o empresário, embora sua propriedade fique em Caçapava e não em São José dos Campos, de onde extrai 6.500 metros cúbicos por mês. (E.N.)

EXPERIÊNCIA

...para salvar o Paraíba do Sul

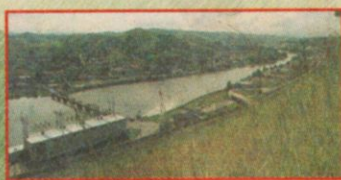
O RIO DO DESENVOLVIMENTO

São 1.150 quilômetros que atravessam São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Treze milhões de pessoas de 175 cidades são abastecidas pela bacia do Rio Paraíba do Sul



Aparecida
Antiga vila de pescadores, a cidade surgiu e cresceu em virtude da imagem de Nossa Senhora da Conceição, encontrada nas águas do Paraíba do Sul em 1717

Barra do Pirai
É onde o Paraíba do Sul perde quase dois terços de seu volume de água, transposto para produzir energia elétrica para a região metropolitana do Rio de Janeiro



Jamaparã
(Sapucaia)
Os quase 9 mil habitantes vivem do comércio gerado pelo vaivém de automóveis que trafegam na Rio-Bahia. O Paraíba do Sul não tem valor econômico



Campos dos Goytacazes



Nesse trecho do Paraíba do Sul, predomina a agricultura, sobretudo as grandes fazendas de cana-de-açúcar

Praia de Atafona
(São João da Barra)



Sem força, o Rio Paraíba do Sul perde a disputa com o mar, que continua a avançar sobre as casas. No último verão, mais de 20 foram destruídas



Paraíba do Sul
O primeiro pedágio do Brasil foi cobrado entre 1857 e 1889 dos tropeiros que passavam pela Ponte da Parahyba. Construída pelo Barão de Mauá, a obra existe até hoje

Volta Redonda



Dos 242 mil habitantes do município, 21 mil trabalham direta ou indiretamente para a Companhia Siderúrgica Nacional. A CSN é a maior consumidora da água do rio, captando 8,7 metros cúbicos por segundo

Silveiras



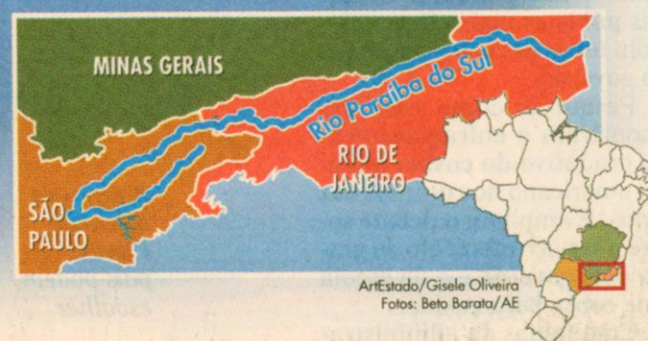
A 1.800 metros de altitude nasce o Paraitinga, que mais à frente formará com o Paraíba o Rio Paraíba do Sul. A nascente fica em uma fazenda

Santa Branca



Jacareí

A partir de Guararema e por todas as cidades do Vale do Paraíba paulista, o rio recebe esgoto doméstico e industrial. Concentram-se na região empresas de extração de areia



Art. Estado/Gisele Oliveira
Fotos: Beto Barata/AE

Quem polui mais pagará mais

Consumidores temem que taxa se torne uma 'CPMF das águas' e não beneficie o rio

VOLTA REDONDA – A Agência Nacional das Águas (ANA) cobrará taxas maiores dos que poluem mais o Paraíba do Sul. Prevista para ser iniciada em julho, a inovação deve ser adiada para depois de setembro. Ainda faltam ser definidos pontos vitais, como a agência que fará a cobrança.

Cada consumidor, concessionária de abastecimento de água e esgoto, agricultores ou empresas, deverá declarar o seu consumo, no mesmo sistema do Imposto de Renda. Para cada metro cúbico cap-

tado será cobrado R\$ 0,008; se não for devolvido ao rio, mais R\$ 0,02; haverá um acréscimo de até R\$ 0,02 para o esgoto lançado sem tratamento. Assim, se alguém capta 10 mil litros de água, consome metade e devolve a outra parte suja, pagará 28 centavos por isso. Pouco? Antes era de graça.

“De repente os consumidores vão perceber que, se não poluírem, pagarão menos”, explica o diretor da ANA Benedito Braga. A arrecadação total só com a cobrança das empresas e concessionárias deve render cerca de R\$ 14 milhões por ano. Dinheiro que, pela lei, voltará na forma de estações de tratamento de esgoto e lixo, proteção de nascentes e recuperação das matas ciliares e áreas degradadas.

A inspiração do programa brasileiro veio da França, onde a cobrança foi adotada 40 anos atrás e resultou em rios potáveis ou não tão degradados. Aqui, teme-se que a taxa se transforme numa “CPMF das águas”.

“Nos próximos 20 anos, os 14 milhões que hoje dependem do Paraíba do Sul vão ser 18 milhões. A água realmente está contadinha”, diz o secretário-executivo do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Edilson de Paula Andrade.

Desvio – Em Barra do Pirai, outro complicador. Quase dois terços da vazão são desviados para a Bacia do Guandu, que abastece a região metropolitana do Rio. É dessa transposição de 130 a 160 metros cúbicos de água por segundo que se espera obter a maior arrecadação com a cobrança. A cifra pode chegar a R\$ 100 milhões por ano.

Por segundo, 27 empresas captam no trecho paulista do Paraíba do Sul água suficiente para abastecer 1,2 milhão de habitantes. No Rio de Janeiro, só a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) retira um volume que abasteceria 2,2 milhões de pessoas.

Em toda a bacia hidrográfica, que abrange uma área de 56,6 mil quilômetros quadrados, estão instaladas quase 8 mil indústrias em 88 municípios. Muitas se beneficiaram das águas do rio e só agora pagarão pelo seu uso.

“Pior é amanhã não termos água”, afirma o gerente Cássio Ciulla, da Malteria do Valle, em Taubaté. Produtora de malte para cervejarias, a empresa faz a captação em uma nascente, utiliza a água no seu processo

produtivo e a devolve para o Paraíba do Sul tratada. Uma estação de tratamento de esgoto foi construída com essa finalidade. “Temos de pensar mais para frente. O Brasil tem a bênção de ter uma grande quantidade de água, mas o desenvolvimento econômico ameaça hoje a sua qualidade e é preciso que cada um faça sua parte.”

Com a mesma filosofia, a CSN resolveu cuidar da água que devolve ao Paraíba do Sul, em Volta Redonda. Até 2000, a empresa despejava o benzopireno, substância tóxica, diretamente no rio. Hoje o grupo afirma já ter gasto mais de R\$ 200 milhões em programas ambientais, quase o mesmo valor do lucro registrado no balanço de 2001. Pelo seu consumo, deve pagar entre

R\$ 2,5 milhões e R\$ 3 milhões por ano com a cobrança da ANA.

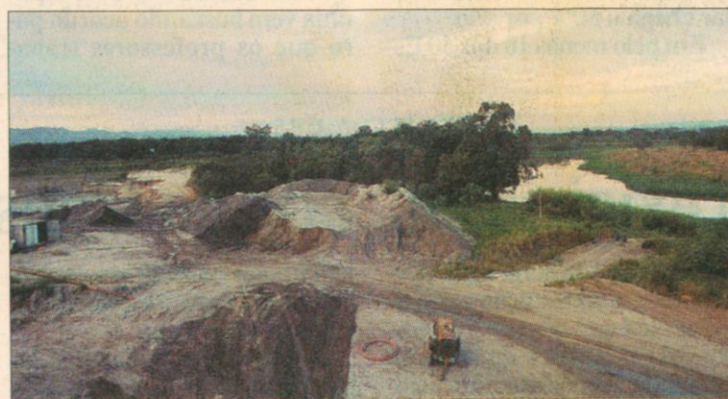
“Se a água chegar com melhor qualidade, os nossos gastos com tratamento tendem a ser menores e o custo operacional deve se reduzir. Todo mundo sairá ganhando”, diz o gerente de Relações Ambientais, Roberto da Rocha Brito.

Na CSN circulam 40 metros cúbicos de água por segundo, num circuito fechado. Dos 8,7 metros cúbicos por segundo que capta do Paraíba do Sul, a empresa devolve 7. Ainda são lançados no rio metais pesados, fenol e amônia, mas dentro dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental. Nada que se compare a um passado recente, quando a CSN era uma das maiores poluidoras do Paraíba do Sul. Tanto que era apontada como a responsável pelo surgimento do peixe de quatro olhos, uma lenda jamais comprovada. (E.N.)

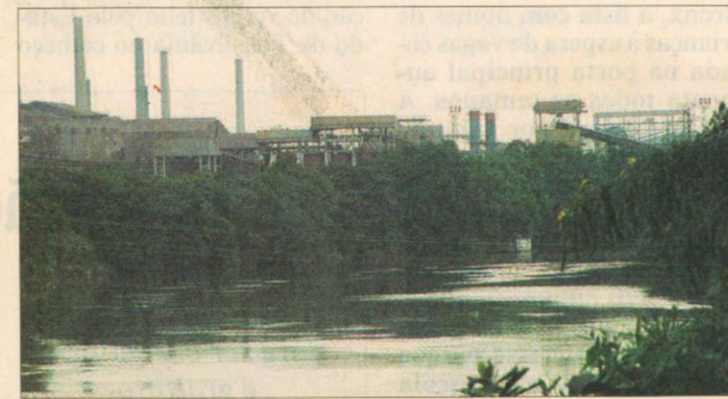
AINDA FALTA DEFINIR QUEM FARÁ A COBRANÇA



Casas destruídas na Praia de Atafona: 20 só no último verão



Porto de areia às margens do Paraíba do Sul: paisagem modificada



CSN, em Volta Redonda: maior conta a ser paga entre consumidores

Uma água que faz milagres

APARECIDA – A água do Paraíba do Sul é milagrosa, acreditam os católicos mais fervorosos. O motivo da fé é Nossa Senhora Aparecida. Foi no Porto de Itaguaçu que pescadores encontraram, em 1717, a imagem de Nossa Senhora da Conceição numa das margens. Hoje, o local abriga um pátio que recebe milhares deromeiros em Aparecida, sobretudo nos fins de semana e feriados santos. É nesses dias que a comerciante Madalena Assis Rangel, de 58 anos, pode ganhar algum dinheiro vendendo lembranças da padroeira do Brasil.

“Daí para cima dá para ver tudo o que jogam no Paraíba. Deixar de ser benta, não deixou, só que agora a água é suja”, diz Madalena. Segundo ela, os fiéis vêm com seus carros para serem “lavados” com a água, outros levam-na embora para benzer suas casas. Alguns até bebem dessa fonte. “Isso depende da fé de cada um.”

A zeladora da Capela São Geraldo, Terezinha Lino, de 72 anos, acredita na força do Paraíba do Sul. “É um santo remé-

dio. Qualquer coisa que acontece vou lá e pego a santa água para beber.” Terezinha garante que já foi salva por Nossa Senhora Aparecida. Quando tinha 13 anos, saiu para passear de barco, caiu no rio e só foi resgatada após três tentativas. Mas milagre mesmo ela acredita ter sido a descoberta da imagem da santa, que logo em seguida rendeu aos pescadores um barco carregado de peixes.

Os atuais pescadores do Paraíba do Sul já não contam com milagres. Viram, ao longo de de-sastrosas intervenções humanas, os peixes sumirem do rio. Encontraram também outras espécies introduzidas artificialmente, como os bagres africanos e tucunarés. O dourado, que não era nativo, mas se tornou um cobinado pescado da região, está sumindo de suas águas. Piabinhas, piaus, piaparas e pirapitingas do sul são cada vez mais raros. Só os mandis proliferam, já que se alimentam de lixo.

“Pescar agora virou só passatempo”, afirma o aposentado Zacarias Clemente Gomes, de 71 anos, que já recorreu ao Paraíba do Sul para buscar ali-

mento para a família quando não havia tanta poluição. Ironicamente, até os romeiros de Aparecida contribuem diretamente para a sujeira do rio. Os moradores ribeirinhos até batizaram de “esgoto dos padres” o cano de dejetos que desce do Santuário Nacional. “Quando chove ou nos fins de semana, é um fedor que ninguém agüenta”, reclama a dona de casa Rita de Cássia Souza, de 41 anos. O quintal de sua casa fica ao lado da tubulação e a poucos metros de onde a prefeitura capta água para abastecer a cidade.

Na cidade fluminense de Paraíba do Sul, o garçom Fabio Luis Cardoso, de 31 anos, tem uma hipótese peculiar para a escassez de peixes: “Educaram mal eles. Agora, só comem queijo provolone ou pedaços de frango.” O pescador Serafim Alves Barreto, de 58 anos, que vive na foz do rio, culpa o progresso pela falta do pescado. “Antes, era uma sangria de água no Paraíba do Sul. Hoje, ele está sem água, cheio de ilhas que represam cada vez mais o rio e impedem os peixes de viver livremente.” (E.N.)

ROMEIRO DE APARECIDA ATÉ BEBEM DESSA FONTE

O rio seca, o mar avança

SÃO JOÃO DA BARRA – O encontro de um rio com o mar é um espetáculo de encher os olhos. Na Praia de Atafona, onde deságua o Paraíba do Sul, deveria ser assim, mas seus moradores têm pouco do que se orgulhar e muito que lamentar. A fúria com que o mar vem destruindo casas, avançando 1 quilômetro em terra firme, apavora a todos. Na temporada de verão a maré derrubou 20 imóveis. Nos últimos 25 anos, foram mais de 500. A maior dúvida dos habitantes desse trecho do litoral norte do Rio é se um dia haverá uma trégua.

“O Paraíba continua secando e o mar, avançando”, lamenta a empresária Odineia Pereira Rangel, de 57 anos. Nascida em Atafona, ela viu a casa em que nasceu, o posto de gasolina e o frigorífico de peixes da família ficarem debaixo d’água. Tudo devorado 15 anos atrás. “Não gosto mais de ir ao mar. É muito triste.”

Odineia reconstruiu o posto de gasolina. O novo frigorífico, que fica às margens do rio para receber os barcos pesqueiros, é

menos equipado do que o antigo. Ela afirma que não pretende gastar cerca de R\$ 150 mil para comprar freezers e outras máquinas para modernizar o estabelecimento. O mar já está chegando, explica.

Segundo os moradores de Atafona, a areia da praia é medicinal, mas ninguém dá muito valor a isso. Prefeririam que ela ficasse lá para trás e deixasse “vivas” as cinco ruas com asfalto, onde havia restaurantes, casas, comércio e circulavam carros e ônibus. Até uma igreja, a de Nossa Senhora dos Navegantes, foi engolida, em 1991.

No pontal, no encontro do rio com o mar, ficava uma vila de pescadores. Eram eles que lotavam o salão de baile de forró e seresta de Dorian Claudio dos Santos, de 62 anos. Por 29 vezes, número que jamais esquecerá, Santos teve de pagar para que removesses a areia trazida pelas águas. “No fim, cansei de lutar contra o mar.” Para ele, a explicação para esse fenômeno é uma só: “Tiraram o ‘peso’ do rio. As ondas que quebram aqui perto estouravam lá longe.”

Ao navegar a montante do

Paraíba do Sul, vê-se diversos bancos de areia imensos formados pela natureza. Espigões de pedras foram erguidos em vários pontos para represar a água e hoje servem para reduzir a força do rio.

Abandono – “Tem mais de 10 quilômetros de pedras abandonadas. Elas acabaram com o Paraíba”, reclama Jaci Monteiro, um pescador de 55 anos. “Só dá para pescar na maré cheia, quando o barco sobe.”

Não há explicação exata para o fenômeno. Alguns dizem que o responsável não é o rio enfraquecido, mas o aquecimento global, que tem aumentado a quantidade de água nos oceanos.

A prefeitura de São João da Barra considera área de risco alguns quarteirões próximos da praia. Mas muitos moradores, como o desempregado Rodrigo da Silva, de 62 anos, insistem em permanecer nas suas casas, já parcialmente destruídas. “Já teve noite de ninguém dormir, esperando a maré grande.” É nessa espera pelo destino incerto que os moradores de Atafona vão vivendo. (E.N.)

NA FOZ, VÁRIOS SINAIS DE DESTRUIÇÃO